

**PERMANÊNCIA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO: CONFLITUALIDADE  
TERRITORIAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO VALE DO  
JIQUIRIÇÁ-BA**

**PERMANENCIA CAMPESINA Y AGROINDUSTRIA: CONFLICTO TERRITORIAL  
DE LA PRODUCCIÓN AGRÍCOLA EN EL VALLE JIQUIRIÇA-BA**

Aline dos Santos Lima – Universidade Federal da Bahia / IF Baiano *Campus* Santa Inês  
lineuneb@ yahoo.com.br

Guiomar Inez Germani – Universidade Federal da Bahia / Grupo de Pesquisa GeografAR  
guio\_ufba@yahoo.com.br

Marco Antônio Mitidiero Júnior – Universidade Federal da Paraíba  
mitidierousp@yahoo.com.br

**RESUMO**

No Brasil, o espaço rural apresenta uma diversidade de sujeitos sociais. De um lado, fazendeiros e empresários, do outro, camponeses – quilombolas, ribeirinhos, indígenas, trabalhadores sem terra, posseiros e pequenos agricultores – em uma relação desigual que produz do ponto de vista social e territorial, ao mesmo tempo, a concentração da riqueza e o aumento da pobreza e da miséria no campo. Tal contexto se faz presente em todas as unidades federativas do país, na medida em que, o desenvolvimento do capitalismo se apropria dos setores de produção, subordinando o campesinato à agricultura patronal. Diante desse quadro, destacamos o processo e as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo a partir das ações da Fundação Odebrecht através da Aliança Cooperativa do Amido, empresa instalada no município de Laje, localizado no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá no estado da Bahia. A Aliança é uma rede, cujo foco é a produção e comercialização da mandioca, que agrega três setores. O primeiro setor é representado pela Cooperativa dos Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia (COOPAMIDO), responsável pela articulação da produção de mandioca no campo; o segundo setor é consolidado na BAHIAMIDO Serviços Agroindustriais S.A., que atua no processo de beneficiamento da mandioca e sua transformação em amido; e o terceiro setor abrange o vínculo com os parceiros e os clientes e se estrutura na comercialização dos produtos. Com base nesse sistema, o módulo agroindustrial da Aliança, no município de Laje, vem operando suas atividades com base nas seguintes “premissas estratégicas”: fixar as famílias no campo, unindo alta

tecnologia à agricultura familiar; incluir socialmente as unidades-família, através de cooperativas, tornando-as parte de uma nova classe média rural; proteger o meio ambiente de forma intrínseca à alta produtividade das lavouras de mandioca; distribuir renda por trabalho formal e produtividade; não concorrer com o mercado local (de farinha de mandioca); transformar terras degradadas e improdutivas, tornando-as propícias ao cultivo; satisfazer plenamente os cooperados, clientes parceiros e colaboradores; atingir os oito objetivos do milênio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse contexto, propomos nesta apresentação de trabalho uma reflexão sobre a conflitualidade decorrente do processo de subordinação camponesa à cadeia produtiva da mandioca sob o comando da Aliança.

## RESUMEN

En Brasil, el área rural tiene una diversidad de sujetos sociales. Por un lado, los agricultores y empresarios por el otro, los campesinos – cimarrones, ribereños, indígenas, campesinos sin tierra, los ocupantes ilegales y los pequeños agricultores – en una relación desigual que se produce en el punto de vista social y territorial, mientras que la concentración de la riqueza y el aumento de la pobreza y la miseria en el campo. Este contexto está presente en todos los estados del país, en la medida en que el desarrollo del capitalismo se apropia de los sectores de la producción y la subordina el campesinato al empleador. Ante esta situación, se destaca el proceso y las contradicciones del desarrollo capitalista en el campo de las acciones de la Fundación Odebrecht a través de *Aliança Cooperativa do Amido*, una empresa ubicada en el municipio de Laje, situada en el Territorio de Identidade Vale do Jiquiriçá en el estado de Bahía. La *Aliança* es una red, que se centra en la producción y comercialización de la yuca, que añade tres sectores. El primer sector está representado por la *Cooperativa dos Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia* (COOPAMIDO), responsable de la coordinación de la producción de yuca en el campo; la segunda industria se consolida en *BAHIAMIDO Serviços Agroindustriais S.A.*, dedicada al proceso de molienda de yuca y su transformación en almidón; y el tercer sector incluye la relación con los socios y clientes y la estructura de la comercialización de los productos. En base a este sistema, el módulo de la agroindustria *Alinaça*, la ciudad de Laje, ha estado operando sus actividades en función de los siguientes supuestos "estratégicos": establecer familias en el campo, combinando la agricultura familiar de alta tecnología; incluir las unidades sociales-familiares a través de cooperativas haciéndolas parte de una nueva clase media rural; proteger el medio ambiente intrínseco a la alta productividad de los cultivos de yuca; distribuir los ingresos por el trabajo formal y la productividad, no competir con el mercado local (de harina de yuca), transformar los

terrenos degradados e improproductivos tornando-os aptos a cultivo; atender plenamente los miembros, clientes y socios colaboradores; alcanzar los ocho Objetivos de Desarrollo del Milenio propuestos por las Naciones Unidas (ONU). En este contexto, se presenta en este trabajo una reflexión sobre el conflicto derivado del proceso de subordinación de los campesinos a la cadena productiva de la yuca bajo el mando de la *Alinaça*.

Palabras-clave: questão agrária; modernização da agropecuária; Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

**Palabras-clave:** cuestión agraria; Modernización de la Producción Agrícola; Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

**Eixo de inscrição/debate:** 6. Modernização da Agropecuária e Reestruturação Produtiva.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o espaço rural apresenta uma diversidade de sujeitos sociais. De um lado, fazendeiros e empresários, do outro, camponeses – quilombolas, ribeirinhos, indígenas, trabalhadores sem terra, posseiros, pescadores artesanais e pequenos agricultores – em uma relação desigual que produz do ponto de vista social e territorial, ao mesmo tempo, a concentração da riqueza e o aumento da pobreza e da miséria no campo. Tal contexto se faz presente em todas as unidades federativas do país, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo se apropria dos setores de produção, subordinando o campesinato à agricultura patronal.

Embora o campesinato agregue uma multiplicidade de sujeitos é possível traçar uma semelhança, em diferentes períodos e sociedades, que os singulariza, ou seja, existe unidade na diversidade. Assim, o modo de vida camponês pode ser especificado pela organização do trabalho com a ajuda da família, cuja remuneração não se associa à lógica capitalista (assalariamento); pela subordinação aos donos da terra e do poder, que deles extraem a renda em produto, em trabalho ou em dinheiro; pelas experiências cotidianas que destoam do contexto técnico-científico-informacional, pois seu espaço vivido se estrutura, predominantemente, com base na sazonalidade e no ritmo da natureza; pelos contatos sociais estabelecidos corpo a corpo e regidos por vínculos de amizade, compadrio e laços de parentesco; e pelo respeito à tradição e a religiosidade como forma de minimizar os inconvenientes, infortúnios e catástrofes. Para Shanin, o campesinato pode ser sintetizado em seis características que os distingue dos ‘outros’, como a coesão em termos de organização social, as formas de uso da terra, os vínculos familiares e as formas de pressão política, ou como expõe o autor,

Em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional [...] Em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo [...]. Em terceiro lugar, normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão [...]. Em quarto lugar, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo [...]. Em quinto lugar, pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa (é claro que, na realidade, a estatística e a dinâmica são indivisíveis) [...] Finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. (SHANIN, 2005, p. 3-4).

Tais elementos do *ethos* camponês, não raro, causam embates com os agentes hegemônicos materializados no latifúndio ou agronegócio, uma relação cuja natureza é conflitante. Não se trata de um enfrentamento momentâneo, estanque ou um mero tensionamento entre classes. Nesse sentido, concordando com Fernandes (2008), entendemos que o conflito deve ser compreendido em seu movimento, ou seja, corresponde a um processo contínuo, alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo ao promover, ao mesmo tempo, a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização das relações sociais. Esse processo de enfrentamento perene, que explicita o paradoxo das contradições e das desigualdades do sistema capitalista, é denominado por Fernandes como conflitualidade,(FERNANDES, 2008).

Assim, a expansão do agronegócio promove conflitualidades territoriais ao impor aos camponeses seu modelo de desenvolvimento com princípios e regras construídos a partir da lógica do capital, ou, como afirma Moura (1988), por transformar o camponês num trabalhador para o capital sem torná-lo um operário. Destacamos, então, a conflitualidade forjada em municípios localizados no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá no estado da Bahia. De um lado, pequenos agricultores (camponeses), do outro, a Aliança Cooperativa do Amido (agricultura capitalista) – empreendimento da Fundação Odebrecht que vem articulando e qualificando o campesinato para o mundo do empresariado rural com base em uma filosofia formativa própria: a Tecnologia Empresarial Odebrecht.

A Aliança é uma rede, cujo foco é a produção e comercialização da mandioca, que agrega três setores: o primeiro setor é representado pela COOPAMIDO; o segundo setor é consolidado na BAHIAMIDO; e o terceiro setor abrange a relação com os parceiros e os clientes na

comercialização dos produtos. Essa tríade constitui, então, a cadeia produtiva da mandioca, sistema que desperta nosso interesse por modificar a natureza do trabalho no campo, ou seja, “prender” o camponês às normas que regem o mercado e, ao mesmo tempo, influenciar na dinâmica de acesso a terra. Tal quadro nos intriga e nos direciona a compreender o papel da Odebrecht/Aliança Cooperativa do Amido no processo de desenvolvimento, contraditório e combinado, do capital em municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

As expressões deste processo e sua materialidade constituem-se de importância fundamental para análises no âmbito da Geografia, no geral, e da Geografia Agrária, em específico. Considerando que a Aliança atua (re)organizando o espaço agrário do Vale do Jiquiriçá, a fim de atender uma lógica de reprodução do capital, acreditamos que pesquisar a conflitualidade gerada a partir da cadeia produtiva da mandioca é relevante por explicitar a permanência camponesa *pari passu* a continuidade de sua exploração. Além disso, o estudo possibilita uma reflexão sobre o campo baiano a partir de seus antagonismos, em decorrência da difusão da agricultura científica dissociada da distribuição de terra e de melhores condições para os que consideram a terra como reduto do trabalho e não do negócio (MARTINS, 1979).

Dessa forma, o objetivo desse trabalho, que se encontra em fase inicial, é analisar as contradições decorrentes das lógicas antagônicas de apropriação do espaço geográfico estabelecidas pelas estratégias e normatizações da cadeia produtiva da mandioca (agronegócio) em choque com os elementos da reprodução social de pequenos produtores rurais (modo de vida camponês). Nesse texto, faremos uma breve consideração acerca do processo de acesso a terra no país, ou melhor, o cerceamento de sua posse, pontuando como esse quadro subsidiou a formação campesina nacional/local e, por fim, teceremos alguns comentários sobre a ação do capital (via Aliança), cujo intuito é atrair e transformar camponeses em uma “nova classe média rural”.

Para tanto, os procedimentos metodológicos escolhidos na investigação restringem-se, nessa fase, a pesquisa bibliográfica e ao trabalho de campo. Essa etapa tem sido executada, sobretudo a partir de três eixos: a) por representarmos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) *Campus* Santa Inês no Núcleo Técnico do Colegiado do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, o que nos mantém em contato direto e mensal com membros da sociedade civil e representantes governamentais; b) pelo convênio estabelecido entre a Aliança Cooperativa do Amido e o IF Baiano *Campus* Santa Inês desde em março/2012; c) e como doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia e vinculada ao Grupo de Pesquisa GeografAR (POSGEO/UFBA/CNPq).

### **Considerações sobre o acesso a terra no país: o cerceamento de sua posse**

O processo de ocupação do território nacional e a concessão de terras iniciada desde o *encobrimento*<sup>1</sup> resultou na concentração de extensas áreas nas mãos de um pequeno número de proprietários. Do escambo à Colônia; das sesmarias ao regime de posses; passando pela Lei das Terras até o Código Civil; do Estatuto da Terra aos Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA I e II), pouco ou quase nada contribuiu para modificar a estrutura de posse da terra na perspectiva de uma melhor distribuição. Tal leitura evidencia que as relações entre os que frequentavam a intimidade do poder possibilitaram a apropriação privada da natureza e a organização do espaço com um aparato jurídico-institucional adequado aos interesses desse seleto grupo, sobretudo com a promulgação da Lei nº. 601, de 1850, que institucionalizou a propriedade privada da terra, transformando-a em mercadoria (MARTINS, 1983; GERMANI, 2006).

Germani (2006), ao analisar a trajetória histórica e social que forjou as bases para o estabelecimento da estrutura e da organização do espaço rural no Brasil, destacou as condições históricas e sociais que regularam o acesso a terra. Para essa pesquisadora, que acompanha a atuação da política fundiária nacional, o acesso a terra foi orientado pela apropriação privada das terras livres, processo que teve continuidade ao longo dos anos, garantindo e fortalecendo a concentração da estrutura fundiária como monopólio de classe, enquanto o número de trabalhadores rurais sem terra continuava a crescer.

Como resultado desse processo predomina no país a concentração de extensas áreas nas mãos de um pequeno número de proprietários, fato que, no decorrer dos séculos provocou a articulação camponesa em prol de melhores condições de trabalho e por terra, causando uma série de conflitos. Dentre os principais episódios de luta podemos destacar a atuação dos negros contra a escravidão e a formação dos quilombos; a Guerra de Canudos e do Contestado; a Revolta de Formoso e Trombas; a Guerrilha de Porecatu; as Ligas Camponesas, os inúmeros movimentos grevistas de colonos nas fazendas de café, entre outros. Essas manifestações ratificam a insubmissão camponesa diante da pretensa dominação pessoal de fazendeiros e coronéis; da expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros

---

<sup>1</sup> Expressão usada por Carlos Walter Porto Gonçalves, para designar o início da espoliação portuguesa na Terra Brasilis, durante sua apresentação na Conferência de abertura do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Questões Agrárias na Panamazônia no século XXI: usos e abusos do território realizado na Universidade Federal do Pará Campus Guamá, no período de 7 a 11 de novembro de 2011.

e empresários; da política econômica do Estado; e da exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista (MARTINS, 1983).

Para Martins (1983), a expressão camponato foi “importada” da realidade russa por partidos políticos da esquerda interessados em dar conta das lutas dos trabalhadores do campo. Contudo, já havia no país uma série de denominações que correspondiam ao referido conceito, como, por exemplo, o caipira em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul; o caiçara no litoral paulista; o tabaréu no Nordeste; e o caboclo em outras partes. À medida que as lutas desse segmento ingressaram no debate político nacional, tais expressões vão deixando de ser usadas, pois, de modo geral, são empregadas com sentido depreciativo. Então, o termo camponês passa a expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, procuram dar unidade às lutas camponesas.

As origens do camponato nacional são marcadas, também, pela exclusão, ou, como prefere Martins (1983), pela interdição da propriedade. Quem não tivesse “sangue limpo” e não dispusesse de renda estava excluído de toda e qualquer participação na estrutura de poder, como o voto e a concessão de terra pela sesmaria. O camponês foi escamoteado, conceitualmente, no processo histórico brasileiro, tornando-se um inferior, um ausente. A eliminação ideológica é tão forte que acontecimentos políticos protagonizados pelo camponato na história do Brasil contemporânea são desconhecidos, embora tenham servido de base para o surgimento e a consolidação dos movimentos sociais no campo – basta atentarmos para o fato de que o messianismo<sup>2</sup> (Contestado e Canudos), o banditismo social (Antônio Silvino e Lampião no Nordeste), o associativismo e o sindicalismo (com as Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais) se entrecruzaram e constituíram, ao longo do tempo, ações de resistência diante da intensificação da concentração fundiária e contra a exploração representada pelo latifúndio.

Apesar dos inúmeros conflitos no campo, as discussões iniciais sobre a distribuição de terras no Congresso ocorreram apenas na Constituinte de 1946, como resultado da pressão exercida pelos movimentos organizados, principalmente as Ligas Camponesas. Contudo, somente em 1964 a questão da Reforma Agrária tornou-se lei com a criação do Estatuto da Terra – embora tenha predominado os grandes projetos de colonização, em especial na Amazônia, cujo objetivo principal era eliminar os focos de tensão e de conflitos agrários onde eles aconteciam e promover a agricultura capitalista (OLIVEIRA, 2002). Com a redemocratização do país e o acirramento da luta e dos conflitos de classe no campo brasileiro é anunciada a elaboração do

---

<sup>2</sup> Na realidade, a interpretação destes como “messiânicos” é uma forma de escamotear a luta pela terra.

PNRA. Entretanto, um balanço dos números e da espacialização das famílias assentadas demonstra, mais uma vez, o poder da elite latifundiária, coordenada nacionalmente pela União Democrática Ruralista, em vetar quaisquer possibilidades de Reforma no Brasil (OLIVEIRA, 2002; MENDONÇA, 2010).

O modelo de desenvolvimento econômico para a agropecuária perpassa, também, nos três primeiros governos da Nova República com ações para fortalecer a agricultura capitalista ou agronegócio. O agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, mas remonta práticas antigas como a exploração, a extrema concentração da terra, o clientelismo, a subserviência, o exercício do poder e da dominação, a promoção do deslocamento geográfico através do êxodo rural, além de ser, símbolo, instrumento e lugar de exclusão social e marginalização política (FERNANDES, 2005; SAUER, 2010). Tal expressão foi cunhada para suavizar a carga negativa associada ao latifúndio, já que o novo rótulo busca representar uma imagem de produtividade e de geração de riquezas para o país. Além disso, como afirma Fernandes (2005), o agronegócio procura cooptar a agricultura camponesa para defender e difundir o seu modelo de desenvolvimento através da eliminação das diferenças, pois, supostamente, todos são iguais perante o mercado e todos são, potencialmente, empreendedores.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período de 1995 a 2002, marca o início do processo de inserção do país na economia e consumo globalizados, o que é realizado pela submissão dos trabalhadores aos interesses dos grandes grupos econômicos e mediante o enfraquecimento do papel do Estado. Assim, a política agrária da “era” FHC concretiza o processo de consolidação da agricultura capitalista ao instituir e sintetizar seus princípios no Programa Novo Rural, cujo parâmetro foi o documento “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural: Política de Desenvolvimento Rural com base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado” (FERNANDES, 2001; RAMOS FILHO, 2008).

Com essa ação o governo Fernando Henrique atingiu os camponeses em seu interior, uma vez que, criou e institucionalizou mecanismos que privilegiavam o capital e o mercado em detrimento dos trabalhadores, pois embora tenha reconhecido a importância dos pequenos agricultores, instituiu meios para fragilizá-lo, como: a extinção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e do Programa Lumiar de Assistência Técnica; a promoção da política de compra e venda de terras pelo Banco da Terra/Programa de Crédito Fundiário; a criação da Reforma Agrária pelos Correios; e a substituição do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cuja perspectiva é o desenvolvimento e a



transformação dos camponeses em pequenos capitalistas, já que as linhas de financiamento são uniformes e sem direito à negociação dos princípios (FERNANDES, 2001; FERNANDES, 2008).

Procurando entender as transformações provocadas pela inserção do capitalismo no campo, surgem correntes distintas de análise que, de modo geral, concordam acerca do processo de generalização do modo capitalista em todos os setores e do assalariamento como relação de trabalho predominante. Contudo, existem divergências quanto à interpretação do processo. Para os adeptos da teoria clássica, o desenvolvimento do capitalismo causa o desaparecimento do campesinato, já que os camponeses correspondem a uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguirá pela tentativa falida de inserção no mercado. Ao perder as terras para os bancos ou pela venda para pagar dívidas os camponeses tornar-se-ão assalariados. Essa vertente considera que não há lugar para os camponeses no futuro, pois tem uma concepção teórica que deriva de uma concepção política de transformação da sociedade capitalista em socialista, o que somente seria possível se o capitalismo tivesse apenas duas classes sociais: o proletariado e a burguesia (OLIVEIRA, 1990; 2002).

Entretanto, é necessário entender o campesinato no bojo do desenvolvimento do capitalismo no campo e observar que os camponeses continuam persistentes na luta por condições de trabalho dignas e pelo acesso a terras em muitas partes do Brasil. Concordando com Oliveira (2002), ao mencionar que a realidade é a única referência para submeter concepções teóricas à discussão, um número cada vez maior de estudiosos defende que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e combinado. Isso revela que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (trabalho assalariado), produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (OLIVEIRA, 1990; 2002).

Essas duas vertentes, que fazem parte do paradigma da Questão Agrária, têm como principais elementos de análise a renda da terra; a diferenciação econômica do campesinato; e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Contudo, a década de 1990 marca a emergência de outro paradigma, o Capitalismo Agrário. Esse “novo” paradigma reforça o empreendedorismo no campo na medida em que tem como meta transformar os camponeses em pequenos capitalistas, ou como propõe os princípios da Aliança Cooperativa do Amido, formar “uma nova classe média rural”. Nesse processo, o Estado passou a descaracterizar o camponês e a estimular sua transformação em agricultor familiar (FERNANDES, 2008).

Para Fernandes (2001), o paradigma do Capitalismo Agrário considera como agricultor familiar àqueles que utilizam os recursos técnicos e estão altamente integrados ao mercado. Essa visão, legitimada no conjunto de políticas criadas na década de 1990 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e pelo Banco Mundial para o desenvolvimento rural dos países pobres, defende que o agricultor familiar deve estar inserido no desenvolvimento do capitalismo. A consequência desse processo é a expansão da conflitualidade no campo e a desterritorialização camponesa, muito embora o campesinato tente resistir.

Considerando que a reprodução do capitalismo se realiza em si mesma e pela reprodução de suas contradições, o capital permite a criação e a destruição do campesinato. Sendo assim, a formação do camponês acontece, de um lado, como estratégia de criação política através da ocupação e luta pela terra, e, por outro, pela subalternidade dirigida pela lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo (MARTINS, 1979; FERNANDES, 2008). Dessa forma, os camponeses – quilombolas, ribeirinhos, indígenas, trabalhadores sem terra, posseiros, pescadores artesanais e pequenos agricultores – tem dois caminhos: intensificar a luta pela terra do trabalho ou sujeitar-se ao latifúndio, posteriormente denominado agronegócio. É dentro desta realidade contraditória que o campesinato mantém-se na atualidade, criando e recriando-se através do trabalho na terra na perspectiva de outros processos de territorialização.

### **Território de Identidade Vale do Jiquiriçá: campesinato e agronegócio**

Diante das contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo baiano destacamos a atuação da Fundação Odebrecht – entidade criada, em 1965, para atuar exclusivamente na área social, praticando o que os especialistas definem como “cidadania empresarial” ou “responsabilidade social”. A partir da consulta as diversas páginas eletrônicas da Organização Odebrecht, verificamos que sua origem remonta ao século XIX, quando o primeiro membro da família Odebrecht, seguindo o fluxo da imigração germânica após as frustradas tentativas de unidade nacional, chegou ao Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Inicialmente, se dedicaram a produção agrícola e depois ingressam no ramo da engenharia, participando, inclusive, da construção de importantes obras no Sul e Sudeste do Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX, membros da família Odebrecht migram para o Nordeste devido ao surgimento de demandas na construção civil em decorrência, sobretudo, da economia canavieira em Pernambuco, Alagoas e Paraíba e, posteriormente, por causa da lavoura de fumo e de cacau, na Bahia. Os negócios da família expandiram as fronteiras do

país e se consolidaram na Organização Odebrecht através da *holding* Odebrecht S.A. que, por sua vez, integra negócios em quatro áreas, a saber: engenharia e construção (Construtora Norberto Odebrecht S.A.); química e petroquímica (Braskem S.A.); investimentos nas áreas de infraestrutura (Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda.); e instituições auxiliares que atuam com seguro, previdência e ações sociais através, respectivamente, da Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., Odeprev e Fundação Odebrecht.

Na condição de instituição privada de utilidade pública, sem fins lucrativos, mantida pela Organização Odebrecht, a Fundação tem como foco contribuir para formação de grupos familiares – denominados como unidades-família – responsáveis pelo próprio desenvolvimento sustentável. Seguindo essa lógica, em 2009, a Fundação Odebrecht criou a Aliança Cooperativa do Amido no município de Laje, localizado no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá<sup>3</sup> no estado da Bahia.

A Aliança Cooperativa do Amido é uma rede que agrega três setores. O primeiro setor é representado pela Cooperativa dos Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia (COOPAMIDO); o segundo setor é consolidado na BAHIAMIDO Serviços Agroindustriais S.A.; e o terceiro setor abrange o vínculo com os parceiros e os clientes. Com base nesse sistema, o módulo agroindustrial da Aliança, no município de Laje, vem operando suas atividades com base nas seguintes “premissas estratégicas”: fixar as famílias no campo, unindo alta tecnologia à agricultura familiar; incluir socialmente as unidades-família, através de cooperativas, tornando-as parte de uma nova classe média rural; proteger o meio ambiente de forma intrínseca à alta produtividade das lavouras de mandioca; distribuir renda por trabalho formal e produtividade; não concorrer com o mercado local (de farinha de mandioca); transformar terras degradadas e improdutivas, tornando-as propícias ao cultivo; satisfazer plenamente os cooperados, clientes parceiros e colaboradores; atingir os oito objetivos do milênio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

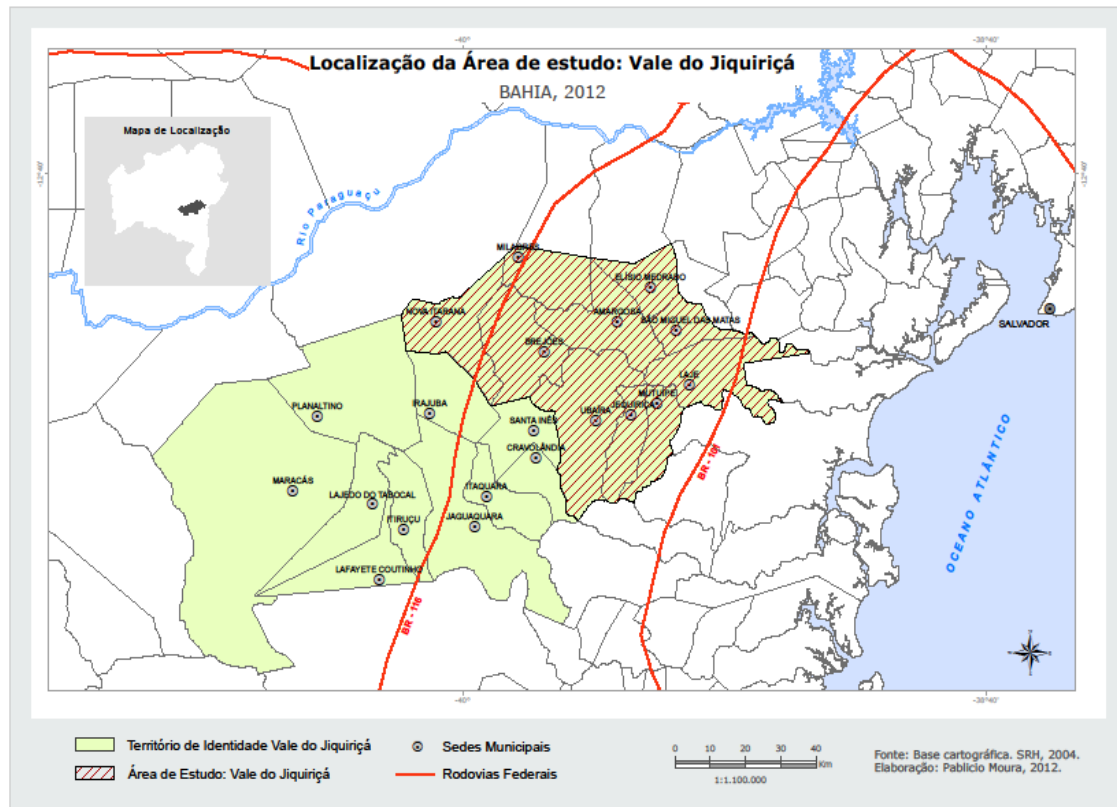
Nesse contexto, objetivamos enfocara conflitualidade decorrente do processo de subordinação camponesa à cadeia produtiva da mandioca sob o comando da empresa Aliança Cooperativa do

---

<sup>3</sup> Os Territórios de Identidade foram criados, a partir de 2003, no âmbito da política federal da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O objetivo dos Territórios é a implantação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com a participação social, sendo o critério de delimitação a autoidentificação, portanto, supostamente, baseados na identidade e no pertencimento dos grupos sociais. Na Bahia, os Territórios foram adotados como unidade de planejamento somente a partir de 2007 devido às divergências político-partidárias entre o governo estadual – na época, o Partido da Frente Liberal (PFL) – e o federal – Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente, existem 27 Territórios no estado, dentre os quais, destacamos o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, composto por 20 municípios: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

Amido em Amargosa, Brejões, Elísio Medrado, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, São Miguel das Matas e Ubaíra, municípios que compõem a área de estudo e que, para efeito de delimitação, chamaremos como Vale do Jiquiriçá, conforme Figura 1.

Figura 1



A opção pelo recorte espacial, que denominamos de Vale do Jiquiriçá, não pretende delimitar os processos sociais, ao contrário, busca compreendê-los plenamente na singularidade dos municípios que estabelecem uma relação mais efetiva com a Aliança Cooperativa do Amido. Os municípios selecionados ocupam uma área de 3.812km<sup>2</sup> e abrangem uma população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), de 162.253 habitantes, sendo que, 85.171 indivíduos estão localizados na área rural e 77.082 na área urbana, conforme Tabela 1. Cabe ressaltar, que, dos 10 municípios da área de estudo, apenas dois – Amargosa e Milagres – tem sua população urbana maior que a rural.

Tabela 1. População do Vale do Jiquiriçá – Bahia, 2010

Municípios	População rural		População urbana		Total
	%	Quantidade	%	Quantidade	

Amargosa	27,5	9.460	72,5	24.891	34.351
Brejões	65,4	9.345	34,6	4.937	14.282
Elísio Medrado	59,1	4.699	40,9	3.248	7.947
Jiquiriçá	60,5	8.537	39,5	5.581	14.118
Laje	72,6	16.121	27,4	6.080	22.201
Milagres	24,4	2.517	75,6	7.789	10.306
Mutuípe	55,0	11.790	45,0	9.659	21.449
Nova Itarana	63,5	4.720	36,5	2.715	7.435
São Miguel das Matas	67,7	7.054	32,3	3.360	10.414
Ubaíra	55,3	10.928	44,7	8.822	19.750
Total	55,1	85.171	44,9	77.082	162.253

Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: Aline Lima.

A população dos municípios que compõem a área de estudo, aqui denominada de Vale do Jiquiriçá, mantém uma intensa relação com o campo e com a produção agrícola desde o início do seu processo de ocupação territorial, pois contribuíram com a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para o abastecimento da população da capital e para exportação, já que o Recôncavo não conseguia atender toda demanda. Desde então, seu dinamismo econômico esteve associado aos ciclos de produção de culturas exportáveis, como o fumo e o café, e do seu escoamento através da Estrada de Ferro Tram Road de Nazaré que fazia a travessia Jequié-São Roque, ligando o Sertão ao Recôncavo (INEZ, 1982; SILVA *et. al.*, 1989; REBOUÇAS, 1992; CAFÉ, 2007; LINS, 2007; OLALDE *et. al.*, 2009).

Para Santos (1963), alguns municípios do Vale do Jiquiriçá se destacaram no ramo agrícola – como, por exemplo, Amargosa, Brejões, São Miguel das Matas e Laje – sobressaindo na produção cafeeira dos finais do século XIX até a primeira década do século XX, compondo o que esse estudioso e sua equipe rotularam como Região Amargosa. A importância da cafeicultura em Amargosa, centro da referida Região, foi registrada na sua paisagem e marcada nas relações sociais através do ramal da estrada de ferro (1892); da movimentação na feira livre, intensa desde as primeiras décadas do século XX; da infraestrutura das praças dentro da proposta paisagística de cidade-jardim inglesa; da instalação do Banco do Brasil (1943); da criação da Diocese, pela *Bula Apostolicum Munus* do Papa Pio XII (1941); do estreitamento comercial com países europeus, através da exportação de produtos agrícolas e da aquisição de artigos manufaturados; e da criação de uma moeda própria que circulava nos municípios adjacentes em decorrência das riquezas da cafeicultura (LOMANTO NETO, 2002; LINS, 2007).

A decadência do café, a falência da estrada de ferro e a implantação de um novo modelo de transporte mais ágil, deslocando para outras cidades o eixo das relações comerciais, fizeram

com que a Região Amargosa entrasse num processo de estagnação social e econômica, passando a ser denominada, por Santos e equipe (1963), como ilha de inércia, o que determinou, na opinião de Inez (1982), o “urbanicídio” dos municípios que circundavam a estrada de ferro. Além disso, como reitera Olalde *et. al.* (2009), o rodoviarismo reforçou os vínculos com outros centros regionais da Bahia para além das cidades do Recôncavo e facilitou a comercialização de outros cultivos introduzidos a partir de 1960, como o cacau.

A produção de cacau também foi de grande importância para a dinâmica sócioespacial do Vale, principalmente nos municípios de Mutuípe, Jiquiriçá, Laje e Ubaíra, embora Amargosa, São Miguel das Matas e Elísio Medrado também tenham sido produtores, mas em menor escala. Segundo Almeida (2008), a introdução dessa lavoura, a partir dos anos de 1970 através do Programa de Expansão da Lavoura Cacaueira, visava aumentar a produção agrícola diante do contexto da modernização da agricultura brasileira. Contudo, o Vale do Jiquiriçá não dispunha das condições políticas e técnicas para a reprodução e ampliação do circuito espacial produtivo da cacauicultura ligando-se de modo dependente aos municípios do atual Território Litoral Sul, situação que perdura atualmente.

A conflitualidade territorial no Vale do Jiquiriçá pode ser verificada através dos indicadores analíticos que atribuem concentração de terra e baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social na área de estudo, elementos que interferem na dinâmica sócioespacial. De acordo com o banco de dados do Projeto GeografAR (2011), com base nos Censos Agropecuários de 1996 e 2006, foi elaborado o Quadro 1 que mostra o Índice de Gini dos municípios da área de estudo. Nestes dados, podemos identificar o aumento da concentração da terra nos municípios do Vale, com exceção de Milagres, único que teve uma alteração para menos de seu Índice de Gini, passando de 0,937 (1996) para 0,807 (2006), mas ainda assim com um indicativo de uma alta concentração, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Índice de Gini do Vale do Jiquiriçá 1996 – 2006

Municípios	Índice de Gini (1996)	Índice de Gini (2006)
------------	-----------------------	-----------------------

Amargosa	0,813	0,836
Brejões	0,888	0,908
Elísio Medrado	0,778	0,849
Jiquiriçá	0,734	0,783
Laje	0,762	0,816
Milagres	0,937	0,807
Mutuípe	0,674	0,709
Nova Itarana	0,786	0,788
São Miguel das Matas	0,751	0,768
Ubaíra	0,818	0,847

Fonte: Projeto GeografAR (2011).

Elaboração: Aline Lima.

No intervalo censitário (1996-2006) foram criadas as primeiras experiências de Reforma Agrária nos municípios do Vale do Jiquiriçá, tanto com projetos de assentamentos da Reforma Agrária Constitucional, quanto com os empreendimentos da Reforma Agrária de Mercado, conforme Quadro 2.

Quadro 2. Formas de acesso a terra no Vale do Jiquiriçá: 1985 – 2010

Municípios	Projeto	Ato criação
Brejões	Programa Cédula da Terra: Pequenos Produtores Rurais Br. Raimundo Cardoso	2002
Ubaíra	Projeto Crédito Fundiário: Pequenos Produtores Rurais de Brejões	2002
Ubaíra	Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Constitucional: Jequiricá	2004

Fonte: Projeto GeografAR (2011).

Elaboração: Aline Lima.

A primeira experiência da Reforma Agrária de Mercado no Vale ocorreu, em 2002, no município de Brejões. A adesão ao Programa Cédula da Terra, pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Brejões Raimundo Cardoso, ocorreu na Fazenda Bela Vista e assentou 25 famílias em uma área de 809,4 ha. Ainda em 2002, ocorreu a segunda experiência de Reforma de Mercado no Vale, dessa vez, em Ubaíra através do Projeto de Crédito Fundiário, adotado pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Brejões, na Fazenda Petrópolis, onde foram assentadas 35 famílias em uma área de 366 ha. Em 2004, também em Ubaíra, foi criado um projeto de Reforma Agrária Constitucional originando o Assentamento Jequiricá, no imóvel do mesmo nome, em uma área de 1.108,64 ha com 61 famílias. Outra tentativa de acesso a terra, que envolve este município, é o Acampamento Natur de Assis.

Embora cadastrado no município de Santa Inês<sup>4</sup> parte da área do Acampamento, ocupada por 68 famílias, está localizada em Ubaíra. Apesar dessas experiências, não houve melhoria no acesso a terra em Ubaíra, tampouco em Brejões. O Índice de Gini de Ubaíra apresentou um pequeno aumento, demonstrando o agravamento da concentração da terra passando de 0,818 (1996) para 0,847 (2006). Situação semelhante ocorreu em Brejões, cujo Índice passou de 0,888 (1996) para 0,908 (2006).

Com base no último Censo Agropecuário (2006), o melhor indicador de acesso a terra no Vale do Jiquiriçá corresponde ao município de Mutuípe, com o índice de Gini de 0,709. Em relação à estrutura fundiária de Mutuípe, conforme Projeto GeografAR (2011), as unidades com até 50 ha representam 97,74% das propriedades e possuem 68,96% dos estabelecimentos, sendo a área média destes em torno de 4,46 ha, ao passo que, o módulo fiscal do município é 35 ha, ou seja, vigora o processo de minifundização. As demais propriedades, com 50 ha a mais até aqueles com uma área inferior a 500 ha somam 2,06% das propriedades e controlam 31,05% das terras, com uma área média de 95,75 ha.

Já em relação a Milagres, único município do Vale que teve, entre os dois últimos Censos, uma alteração para menos de seu indicador de acesso a terra, os dados apresentados sobre a estrutura fundiária, em 2006, expõem que os proprietários com menos de 10 ha até os que possuem menos de 50 ha, ou seja, aqueles considerados pequenos proprietários, compõem 67,91% do total de propriedades, porém controlam apenas 6,78% das terras, sendo a área média destes em torno de 18,8 ha, ao passo que, o módulo fiscal do município é 35 ha. Os proprietários que possuem uma propriedade com 50 ha a mais até aqueles com uma área inferior a 500 ha somam 23,46% das propriedades e controlam 21,44% das terras, com uma área média de 172,2 ha. Já aqueles com 500 a mais hectares, são apenas 8,63% do total de propriedades, mas controlam 51,73% de todas as terras agricultáveis, sendo a área média destes de 1.127,7 ha.

Reportando-nos a Brejões, município do Vale com maior concentração de terras no Censo Agropecuário 2006, salientamos que a situação decorre da lavoura cafeeira realizada, predominantemente, em moldes empresariais na Fazenda Lagoa do Morro, propriedade com 4,4 mil hectares, que, após a crise da lavoura cafeeira, passou a consorciar cafeicultura, silvicultura e pecuária. Neste município, observamos a inversão da estrutura fundiária no que se refere à relação entre proprietários/propriedades e tamanho da área. Os dados constam que 607 propriedades, o que corresponde 88,75% de todos os estabelecimentos rurais, possuem

---

<sup>4</sup> Esse município faz parte do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, mas não faz parte da área de estudo por não ter relação direta com a produção/comercialização via Aliança.



uma área de 3.376 ha, ou seja, apenas 10% do total de terras agricultáveis. No outro extremo, os proprietários que detêm mais de 500 hectares, o que corresponde a apenas 2,64% do total de proprietários, controlam 51,54% da área agricultável.

Os dados analisados acima estão sintetizados no Quadro 3. Estes números são a expressão da violência manifestada pela apropriação privada dos recursos naturais GERMANI (2006). É este contexto que a Aliança vai atuar. Que Aliança é esta?

Quadro 3. Estrutura fundiária dos municípios do Vale do Jiquiriçá – 2006

Município	N. estabelecimentos	Área total (ha)	Módulo fiscal (ha)	% por grupo de área		
				Menos 50 ha	50 a 500 ha	Mais de 500 ha
Amargosa	2.103	34.299	35	30,99	44,07	14,77
Brejões	684	34.901	35	9,67	26,61	51,54
E. Medrado	1.336	20.673	50	28,93	53,79	---
Jiquiriçá	2.601	18.608	35	52,93	40,33	---
Laje	2.938	40.571	35	37,39	37,65	---
Milagres	81	15.260	35	6,78	21,44	51,73
Mutuípe	3.410	21.591	35	68,96	31,05	0,00
N. Itarana	524	36.969	35	13,15	44,46	42,40
São M. Matas	1.195	17.147	35	41,53	52,34	---
Ubaíra	3.051	72.362	35	23,11	43,13	33,77

Fonte: Projeto GeografAR (2011).

Elaboração: Aline Lima.

Como já exposto, a Aliança Cooperativa do Amido congrega três sistemas: o primeiro setor, através da COOPAMIDO, responsável pela articulação da produção de mandioca no campo; o segundo setor, BAHIAMIDO, atua no processo de beneficiamento da mandioca e sua transformação em amido; e o terceiro setor, representado pelos parceiros e clientes. Os parceiros correspondem às instituições que contribuem com o crédito, a capacitação, a certificação e a documentação necessária para o desenvolvimento das atividades da Aliança, como por exemplo, o Banco do Brasil; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); a Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); o MDA; a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB); a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia (SUDIC); e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Já

os clientes são os grupos que irão adquirir os produtos comercializados pela indústria, com a vantagem de que toda a cadeia produtiva é, supostamente, rastreada para evitar a exploração do trabalho infantil e a degradação do meio ambiente. Contudo, conforme trabalho de campo, a COOPAMIDO se encontra em processo de formação e não tem fluxo contínuo, ou seja, ainda não foram firmados contratos com os clientes.

Desde seu ingresso no Vale, a Aliança vem convidando o campesinato a conhecer o projeto COOPAMIDO, o que está sendo feito a partir do contato com associações e prefeituras<sup>5</sup>. Após o convite anunciado e apresentação realizada, cabe ao camponês apenas dois caminhos: não se vincular a rede e permanecer na resistência camponesa ou associar-se e sujeitar-se aos ditames do agronegócio. Os interessados em associar-se a COOPAMIDO, seja pessoa física ou jurídica, devem praticar ou ter projetos de atividade agrícola de cultivo de mandioca em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo<sup>6</sup> na área de ação da Cooperativa, no caso o Recôncavo Sul baiano<sup>7</sup>. Nos casos em que o candidato a cooperado não possui a terra, a Cooperativa poderá firmar “contratos de parceria agrícola” com fazendeiros da região mediante um acordo individual, pactuado nos termos do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) e do Decreto 59.566/66 (COOPAMIDO, 2011a; 2011b).

Uma vez associado, o camponês passa a “seguir a cartilha” da COOPAMIDO, cujo objetivo, com base em seu Estatuto Social, é promover a colaboração recíproca entre os produtores de mandioca destinada à obtenção de amido modificado e subprodutos, a fim de estimular e desenvolver as atividades comuns dos associados; defender os seus interesses e melhorar as suas condições de vida, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais. A Cooperativa almeja, ainda, promover o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades sociais e econômicas de natureza comum, tendo como prioridade promover a inclusão social, fomentando a geração de trabalho e renda a partir do apoio às unidades-familiares associadas (COOPAMIDO, 2011a).

---

<sup>5</sup> É interessante notar que para esse tipo de articulação não tem sido feita com representações dos movimentos sociais.

<sup>6</sup> No caso, o processo legítimo refere-se ao arrendamento da propriedade.

<sup>7</sup> Conforme disposto no Artigo 1º Inciso II do Estatuto Social da COOPAMIDO, a Cooperativa tem como “área de ação para efeito de admissão de associados nos Municípios situados na região econômica do Recôncavo Sul do Estado da Bahia”. Cabe ressaltar que a Região Econômica Recôncavo Sul é composta por 33 municípios, a saber: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo. Apesar da referência a tal regionalização nossa pesquisa de campo identificou que a atuação da COOPAMIDO é restrita a apenas seis municípios e nem todos fazem parte dessa regionalização.

O sistema cooperativista em questão aproxima capital e campesinato, uma ação do agronegócio para obter matérias-primas através da (re)formulação das relações produtivas. Tais modificações permitem averiguar, com base na divisão territorial do trabalho proposta por Elias (2006), que o camponês que vivia da agricultura de subsistência ou da elaboração simples de mercadorias altera sua condição e passa a compor a pequena produção integrada ao agronegócio. Contudo, a integração dos camponeses à COOPAMIDO difere da relação dos pequenos produtores incorporados à cadeia produtiva da fruticultura e da soja analisadas pela autora. A distinção é que a sujeição camponesa não ocorre diretamente com uma empresa capitalista, mas com uma cooperativa que, supostamente, é constituída por eles, defende os interesses dos associados e não almeja lucro e sim a sobra.

A COOPAMIDO conta com 200 associados (agosto/2012) produzindo mandioca para o beneficiamento/transformação em amido, ou seja, exploram um produto com valor agregado, já que a Aliança não trabalha com a comercialização de farinha. Ratificamos que os cooperados organizam seu cotidiano no mundo do trabalho plantando, colhendo e repassando para a indústria sua produção, seja na pequena propriedade da família ou em uma das 12 fazendas “emprestadas”, sob o regime de comodato, pelos latifundiários em municípios parceiros.

É importante mencionar que não tivemos acesso à relação de fazendas e/ou proprietários parceiros, já que esses solicitaram sigilo, pois receiam que representantes de movimentos que reivindicam a Reforma Agrária, façam alguma manifestação na propriedade, uma vez que, uma das premissas da Aliança é “Transformar terras degradadas e improdutivas, tornando-as propícias ao cultivo”. Mesmo com a recusa na divulgação dos nomes, conseguimos identificar, através de levantamento de notícias relacionadas à empresa em jornais e na internet, que existe parceria com as fazendas São Jorge, Sombra Verde, Floresta, Palmeira I, Palmeira II, cuja localização não foi identificada; Gavião e Catuana em São Miguel das Matas; e Novo Horizonte, em Laje. Cabe ressaltar, conforme trabalho de campo, que apenas 12 cooperados atuam na sua própria terra, enquanto, 188 trabalham em “terras parceiras”.

É importante salientar que na relação cooperado-terra-fazendeiro surge uma das principais estratégias do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. As terras, até então improdutivas ou ocupadas com pecuária, e, não raro degradadas, são trabalhadas com lavouras que não trarão custos ao proprietário. Os latifundiários são beneficiados, pois não estão sujeitos a terem suas terras “ocupadas” pelos movimentos sociais que buscam, incessantemente, grandes propriedades ociosas. Na verdade, terão seus bens protegidos por trabalhadores que sequer têm um lote. Além disso, caso o latifundiário possua rebanho,

poderá receber massa de mandioca para alimentar os animais mediante cessão de parte das terras sem custo.

O grande proprietário conta, ainda, com a presença de camponeses cultivando sua fazenda sem se preocupar com responsabilidades trabalhistas ou despesas, já que entrega a terra “nua” e todos os investimentos/benfeitorias (capina, insumos, infraestrutura, terraplanagem das vias de acesso, etc.) são custeadas pelo cooperado via Cooperativa, sendo os recursos oriundos de empréstimos do PRONAF. Cabe ressaltar, que antes dos contratos de parceria agrícola serem firmados, as propriedades passam por uma avaliação e os técnicos, a serviço da COOPAMIDO, analisam o campo com base nos seguintes critérios: altitude; nível pluviométrico; estrada com acesso a passagem de caminhão carregado com produção; e proximidade com comunidades rurais que tenham camponeses interessados em atuar como cooperados. Está garantido para os latifundiários o usufruto da terra enquanto reserva de valor.

Outra vantagem, não menos importante, é que os fazendeiros lucram com a renda da terra, ou seja, tem benefício mediante a licença para a exploração capitalista da terra, devido à porcentagem que recebem, proporcionalmente, a produção do cooperado. Nesse caso, a Cooperativa, a serviço do capital, se apropria da terra ao pagar uma renda para apropriá-la, tal pagamento é a forma que o capital utiliza para circular e dominar livremente, uma vez que, sua tendência é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção (MARTINS, 1983).

Dessa forma, o proprietário rentista continua na terra mediante as necessidades criadas pelo capitalista industrial que passa a atuar por meio do camponês rendeiro que trabalha a terra com a família através da roupagem de cooperado. Nesse caso, conforme salienta Oliveira (2002, p. 106), o capital monopoliza o território sem territorializar-se e, quando isso ocorre, o capital “cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir”.

Os aspectos elencados permitem associar a atuação da COOPAMIDO aos novos territórios da exclusão, expressão utilizada por Elias (2006), ao estudar os arranjos territoriais produtivos da fruticultura e da soja no semiárido e nos cerrados do Nordeste. Para Elias (2006), essa região vem sendo recentemente incorporada à produção agropecuária globalizada como resultado da dispersão espacial do agronegócio e da agricultura científica pelo território brasileiro. Porém, a difusão desse processo ocorre de forma excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais; concentrando a estrutura fundiária; impondo preços exorbitantes nas

poucas áreas que ainda não foram agregadas pelo capital; e, por fim, mudando as relações de trabalho ao engendrar um mercado de trabalho agrícola formal e hierarquizado, composto pelo trabalhador especializado e pelo proletário agrícola.

Há que ressaltar a atuação da COOPAMIDO no apoio e na prestação de “serviços” básicos aos cooperados, como confraternizações; participação em eventos; capacitações; incentivo e promoção ao uso de máquinas e implementos; assim como, apoio nas orientações trabalhistas, contábeis e bancárias para facilitar o acesso ao crédito. Tudo isso só é possível com o apoio de várias instituições públicas, demonstrando o consentimento do Estado ao legitimar a atuação da Aliança.

Por outro lado, a COOPAMIDO impõe normas que, não raro, desqualificam as peculiaridades do campesinato, como a perda da diversidade ao tratar todos uniformemente e sujeitá-los ao modelo imposto pelo capital, o que pode ser observado seja no Regimento Interno ou no Estatuto Social da Cooperativa. Nesse bojo, o cooperado deve entregar toda a produção de mandioca à Cooperativa; executar os tratos culturais e seguir as indicações do calendário agrícola definidos pelas orientações técnicas da Extensão Rural da Cooperativa, sendo que, a baixa movimentação, se não for condizente com a capacidade produtiva, pode ser considerada infração, sujeita a eliminação do associado; por fim, está passível de eliminação o associado que receber recursos de financiamento em seu nome para aplicação na cultura de mandioca, através de corresponsabilidade da Cooperativa, e desviar os recursos para outras atividades, bem como, entregar a produção ou parte dela para terceiros (COOPAMIDO, 2011a;2011b). Esses elementos podem ser compreendidos, com base em Oliveira (2002), como peias e amarras que sujeitam o campesinato a produzir exclusivamente para a indústria, no caso para a Aliança através da COOPAMIDO.

Diante desse quadro, ratificamos o interesse em compreender as intencionalidades do capital, materializado na Aliança Cooperativa do Amido, ao apropriar, produzir e organizar o espaço agrário do Vale do Jiquiriçá. Sendo assim, levantamos os seguintes questionamentos: Existe conflitualidade entre os valores difundidos pela Aliança e o modo de vida camponês? Há resistência/enfrentamento/embate na adesão ao projeto do capital? É notório para os camponeses que o ingresso na Cooperativa possibilita a permanência no campo, mas implica na continuidade da exploração pelo capital? Como os camponeses percebem o uso da alta tecnologia nas atividades do campo? Quais as implicações do empréstimo de terras degradadas e improdutivas para os que defendem a Reforma Agrária? Os assentamentos de Reforma Agrária estão inseridos no circuito espacial produtivo da mandioca e/ou na cadeia produtiva da Aliança? Como se define a ação do Estado nesse contexto enquanto interventor

territorial na mediação dos conflitos sociais diante do processo de subordinação camponesa? O que almeja a Fundação Odebrecht/Aliança ao beneficiar/cuidar dos “pobres do campo”, reconhecimento ou algo mais? Afinal de contas, porque uma multinacional consolidada no ramo da construção civil com toda a sua “tecnologia empresarial” vem acumulando capital na agricultura?

É nosso propósito dar continuidade aos estudos no sentido de compreender mais profundamente as implicações da atuação da Fundação Odebrecht/Aliança Cooperativa do Amido no espaço agrário dos municípios do Vale do Jiquiriçá. Ou seja, analisar as contradições decorrentes das lógicas antagônicas de apropriação do espaço geográfico estabelecidas pelas normatizações da cadeia produtiva da mandioca (agronegócio) em choque com os elementos da reprodução social para subsistência (modo de vida camponês), pois defendemos que embora o tensionamento seja latente e explícito o conflito é difuso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luciene Santos de. **O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau**. Salvador-BA: UFBA, 2008. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2008.

CAFÉ, Elenildo. **Mudanças na paisagem física e social associadas à Ferrovia Estrada de ferro de Nazaré no Vale do Jiquiriçá, Bahia**. Ilhéus-BA: UESC, 2007. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE AMIDO DE MANDIOCA DO ESTADO DA BAHIA. **Estatuto Social**. Laje-BA, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Regimento interno**. Laje-BA, 2011b.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente-SP, ano 9, n. 8, p. 29-51, jan/jun 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária atual, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época; v.92).

\_\_\_\_\_. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BAUINAIN, Antônio Márcio *et al.* (Coord.) **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Agronegócio e Reforma Agrária**, 2005. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria\\_Bernardo.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf)>. Acesso em 20 de julho de 2012.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. GeoTextos, vol. 2, n. 2, 2006. p.115-147

INEZ. Antônio Leal de Santa. **As estradas da esperança**. São Paulo: Clube do Livro, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 de maio de 2012.

LINS, Robson Oliveira. **A Região de Amargosa: transformações e dinâmica atual (Recuperando uma contribuição de Milton Santos)**. Salvador: UFBA, 2007. (Mestrado em Geografia.). Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2007.

LOMANTO NETO, Raul. **Caracterização da degradação e resposta de pastagens com BrachiariadecumbensStapf.; à interação de N:P na região de Amargosa - BA**. Cruz das Almas-BA: UFBA, 2002. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Ocativoiro da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (Organizado por João Pedro Stedile).

MOURA, Margarida. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios).

OLALDE, Alicia RUIZ *et al.* **Dinâmicas Rurais Territoriais no Vale de Jiquiriçá, Bahia, Brasil**: Resultados da 1ª fase de pesquisa. Universidade Federal da Bahia/Projeto GeografAR, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. (Caminhos da Geografia).

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

PROJETO GEOGRAFAR. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/default.php>>. Acesso em: 5 de maio de 2012.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006)**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2008. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.

REBOUÇAS, Helena Pires. **Mutuípe, pioneiros e descendentes**. Salvador: Editora Universitária Americana, 1992.

SANTOS, Milton. **A Região de Amargosa**. Bahia: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, Teodor. A definição de Camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente-SP, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul/dez 2005.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara Christine Nentwig. **Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: UFBA, 1989.